



SAÚDE MENTAL E EXERCÍCIO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL: precarização do trabalho e adoecimento mental

Marisa Camargo¹

Hélder Boska de Moraes Sarmiento²

Eliete Cibele Cipriano Vaz³

Fernanda Hoepfers de Araújo⁴

Carla Marina da Silva⁵

RESUMO: O presente artigo proposto pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social (GEPSS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) trata sobre o tema saúde mental e exercício profissional em Serviço Social. Tem como objetivo geral explicitar a relação da precarização do trabalho com o adoecimento mental dos (as) assistentes sociais, tendo em vista contribuir na identificação de estratégias de prevenção e enfrentamento em saúde mental. Trata-se de uma revisão teórica atrelada à pesquisa com enfoque misto, baseada em pesquisa bibliográfica e de campo, fundamentada no método dialético crítico e suas categorias, que abordará a relação do exercício profissional com o adoecimento mental de assistentes sociais trabalhadores (as) dos diversos espaços sócio-ocupacionais da Região Sul do Brasil, advindos dos estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, no século XXI. Nessa perspectiva, lançando-se mão de autores (as) que discutem a temática, apresentam-se os principais elementos emergentes da revisão teórica.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social; saúde mental; exercício profissional.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo materializa o interesse em pesquisar a temática da saúde mental e o exercício profissional em Serviço Social. Portanto, compõe o conjunto dos demais estudos em desenvolvimento pelo GEPSS/UFSC, vinculando-se à linha de pesquisa “Exercício profissional na contemporaneidade”, para a qual um grupo de professores (as) e estudantes de graduação e pós-graduação vem se dedicando ao estudo e à pesquisa, contando com participantes de outras universidades da Região

¹ Assistente Social, Doutora em Serviço Social. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social (DSS) do Centro Socioeconômico (CSE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Vice-líder do GEPSS/UFSC. *E-mail:* marisa.camargo@ufsc.br.

² Assistente Social, Doutor em Serviço Social. Professor Titular do DSS/CSE/UFSC. Líder do GEPSS/UFSC. *E-mail:* helder.boska@ufsc.br.

³ Assistente Social, Doutora em Serviço Social. Professora Associada do DSS/CSE/UFSC. Membro do GEPSS/UFSC. *E-mail:* eliete.vaz@ufsc.br.

⁴ Estudante da 9ª fase do Curso de Graduação em Serviço Social da UFSC. Membro do GEPSS/UFSC. *E-mail:* fearaujo2803@gmail.com.

⁵ Estudante da 8ª fase do Curso de Graduação em Serviço Social da UFSC. Membro do GEPSS/UFSC. *E-mail:* carlamarinads@gmail.com.



V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

Sul do País, interessados (as) na temática. Para tanto, nesse contexto, trabalham-se as categorias temáticas da pesquisa, a partir da revisão teórica sobre o tema.

A inserção de novas tecnologias ao mundo do trabalho, organizadas e geridas nos moldes da sociedade capitalista, especialmente, as utilizadas para a elevação da produtividade, reduzindo mão de obra, num contexto recessivo, tem modificado as formas de trabalho e das relações sociais e influenciado na estrutura física e emocional dos (as) trabalhadores (as). Nos tempos modernos, o capitalismo, como sistema de metabolismo social do capital, vivencia uma fase de expansão veementemente marcada pelo processo de financeirização da economia, reestruturação da produção, transformações no mundo do trabalho e reorganização do Estado para responder às necessidades de formação das relações sociais capitalistas (Andrade *et al.*, 2023). Como bem pontuado por Raichelis (2017), também tem destaque a tensão posta da defesa dos direitos sociais universais e a mercantilização e refilantropização do atendimento às necessidades sociais, com efetivas implicações nas condições e relações de trabalho desse (a) profissional.

Com o agravamento das expressões da questão social e as respostas do Estado para enfrentá-las, considerando-se que a política neoliberal o desresponsabiliza do atendimento às necessidades sociais, repassando, muitas vezes, a execução dessa função precípua às organizações sociais; o processo de trabalho vincula-se, cada vez mais, ao processo saúde-doença, constituindo-se como fonte de adoecimento e, nesse contexto, são apontadas como causas de sofrimento de assistentes sociais, situações envolvendo assédio moral nas instituições, além de referências ao esgotamento profissional e quadros depressivos. Vale destacar que, para um grande número de profissionais, o trabalho coloca-se como principal eixo organizador da vida social.

O artigo encontra-se organizado em outras duas partes, além desta introdução. A segunda parte diz respeito à discussão sobre o Serviço Social, precarização do trabalho e saúde mental. Por fim, na terceira e última parte apresentam-se as considerações finais com algumas problematizações relacionadas à temática, seguidas pelas referências bibliográficas.

2. SERVIÇO SOCIAL, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E SAÚDE MENTAL

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

O mundo está vivenciando, com maior frequência e intensidade, situações de origem ecológica, como os desastres ambientais, provocadas em grande parte pelos excessos cometidos e exploração desenfreada da natureza, como expressão da obstinada busca pela obtenção de lucro, finalidade precípua do capital. O mundo do trabalho é um jogo de forças que é controlado por interesses da burguesia que, num cenário socioeconômico desvantajoso aos não-qualificados, coloca uma enorme camada da população em trabalhos precarizados e os/as trabalhadores (as) não participam dos resultados que advém do núcleo privilegiado do capitalismo (Piobelo; Mota, 2021).

Nessa busca incessante pelo lucro, através da apropriação privada dos meios de produção concentrada nas mãos de um grupo, velozmente os capitalistas substituem trabalhadores (as) pela inserção de novas tecnologias no mundo do trabalho, organizadas e geridas nos moldes da sociedade capitalista. Segundo Piobelo; Mota (2021) com as diferentes modulações da globalização e do neoliberalismo, novas formas de trabalho surgiram, para atender as demandas da radicalização do modelo econômico capitalista.

A partir do avanço da sociedade capitalista na metade do século XX, observa-se uma pressão constante do capital contra a grande massa de trabalhadores (as) existente em quase todo o mundo (Dias, 1994). Entretanto, compreende-se que essa pressão pode resultar no adoecimento do/a trabalhador (a), podendo também levar à perda de sua capacidade para o trabalho. Nessa perspectiva, estudos e pesquisas referentes ao trabalho, vem demonstrando que cada vez mais se torna importante a interrelação entre trabalho e saúde mental.

Assim, a automação, utilizada em larga escala, atinge todos os ramos de produção, incluindo serviços e, em decorrência, exclui grande parte de pessoas e de trabalhadores (as) à propriedade dos meios de produção, ao trabalho e renda e, muitas vezes, ao acesso às tecnologias. Tal exclusão vincula-se à desigualdade social originada de proprietários e não proprietários dos meios de produção. É fundamental frisar que os lucros são permanentemente monitorados por capitalistas e quando caem, o grau de exploração de trabalhadores (as) aumenta.

Tais modificações nas formas de trabalho e das relações sociais, como o ostensivo aumento da jornada de trabalho, a redução dos períodos de descanso e a ausência de efetivo descanso aos finais de semana irão influenciar na estrutura

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

física e mental dos (as) trabalhadores (as), resultando em altos índices de ansiedade, depressão, *burnout* e outros sofrimentos correlacionados. Expressões da questão social, como o desemprego, a precarização do trabalho e salarial têm sido fatores estruturantes para o adoecimento mental dos (as) trabalhadores (as), principalmente de assistentes sociais que necessitam lidar com as expressões da questão social dos (as) usuários (as), mas também com suas próprias expressões da questão social. Segundo Andrade *et al.* (2023) o desemprego e a precarização do trabalho se caracteriza como elemento estruturante resultante dessas relações, com consequências diretas nas políticas sociais e nas condições de trabalho e de vida da classe trabalhadora, que vem se tornando cada vez mais heterogênea e complexa diante da nova morfologia do trabalho.

Dessa forma, desenvolvem doenças relacionadas ao trabalho, tais como: transtorno de ansiedade e síndrome do pânico, dentre outras. Podem inclusive, acarretar o desenvolvimento de doenças de cunho psicológico mais grave, a chamada doença mental (Barbosa; Dantas; Santos, 2019, p. 508).

Tais expressões reúnem múltiplas desigualdades nas relações de gênero, étnico-raciais e atingem visceralmente a vida dos sujeitos na luta pelo reconhecimento dos direitos civis, sociais e políticos, incidindo, portanto, diretamente nas condições de trabalho do (a) assistente social.

Esses (as) profissionais, como trabalhadores (as) assalariados (as) que atuam principalmente no âmbito das políticas sociais, encontram-se submetidos(as) a relações e condições de trabalho cada vez mais precárias, marcadas pela focalização das políticas sociais e pela desregulamentação de direitos sociais e trabalhistas, o que impacta diretamente em sua saúde, sobretudo mental (Andrade *et al.*, 2022, p. 2023).

Os avanços tecnológicos cada vez mais aumentam as exigências cognitivas, determinando esforços mentais sempre maiores. A automação, a robótica e a microeletrônica invadem o mundo do trabalho, sendo introduzidas e desenvolvidas nas relações de trabalho e produção do capital. Além disso, segundo Alves (2008), a instituição de redes informacionais como inovação para base técnica da produção de mercadorias tem proporcionado importantes alterações no processo de trabalho e produção do capital. Alterações estas que consistem em abertura econômica, privatização de empresas estatais e desregulamentação de leis de proteção ao/a

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

trabalhador (a), e como consequência aparece o aumento do desemprego formal e o aumento do trabalho informal aliado a reduções salariais (Piobelo; Mota, 2021).

Uma das dimensões cruciais do novo complexo de reestruturação produtiva do capital é o que se denominam inovações ou mudanças no metabolismo social que contribuem para o novo clima ideológico (e emocional) nas grandes empresas (Alves, 2008, p. 94).

Nesse sentido, uma múltipla processualidade se desencadeia no mundo do trabalho: a) desproletarização: diminuição da classe operária industrial tradicional; b) expansão do assalariamento no setor de serviços; c) heterogeneização: crescente incorporação do contingente feminino; e d) subproletarização: expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado, terceirizado, precário, etc. (Antunes, 1998).

Piobelo e Mota (2021) discorrem que, da mesma maneira que o trabalho fornece o bem-estar social a humanização, na lógica do capital, ele pode alienar, degradar e corromper, deixando a dimensão indispensável ao homem de produzir coisas úteis, para adequar-se às exigências do capital. Em vez do fim do trabalho na era digital, “[...] estamos vivenciando o crescimento exponencial do novo proletariado de serviços, uma variante global do que se pode denominar escravidão digital. Em pleno século XXI” (Antunes, 2020, p. 32). No atual contexto, marcado pela mundialização do capital, desregulamentação, liberalização da economia na égide das finanças e uberização, o capital assume a forma mistificada de capital fetiche. A relação social do capital consuma-se por meio da relação do dinheiro na forma jurídica do contrato, cuja execução pode ser imposta pelo Estado.

O modo de produção capitalista dispõe a necessidade histórica da transformação do processo de trabalho em um processo social. A força produtiva do trabalho social, como observou Marx, é uma força gratuita, apesar de seu desenvolvimento por meio das redes informacionais ter significado vultosos investimentos em ciência, tecnologia e infraestrutura social (Alves, 2008, p. 34).

Na versão dinheiro, o capital é emprestado sem cedência de propriedade, tampouco compra ou venda, sendo que parte do lucro ou mais valia é retirada da circulação sob a forma de juro distribuído entre pessoas diferentes (Iamamoto, 2008).

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

[...] Portanto, a “longa transformação” do capital chegou à era da financeirização e da mundialização em escala global, introduzindo uma nova divisão internacional do trabalho, que apresenta uma clara tendência, quer intensificando os níveis de precarização e informalidade, quer se direcionando à “intelectualização” do trabalho, especialmente nas TICs. Não raro, as duas tendências se mesclam e sofrem um processo de simbiose (Antunes, 2020, p. 32).

Sob o signo da privatização restringem-se às responsabilidades público-estatais e os recursos orçamentários destinados à atenção das necessidades sociais, desmontam-se direitos historicamente conquistados e radicalizam-se desigualdades sociais. “As mutações sócio-materiais do capitalismo global alteram as determinações categóricas do ser social” (Alves, 2008, p. 32). Os pressupostos teóricos neoliberais adotados pelo Estado, destoantes do projeto ético-político profissional do Serviço Social e dos Movimentos de Reforma Sanitária e Psiquiátrica, refletem a articulação da saúde à lógica do mercado privado. Nesse ínterim firma-se como função do Estado a garantia mínima de condições de saúde àqueles que não dispunham de recursos para pagá-la, tornando-se prerrogativa do setor privado o atendimento dos demais (Bravo; Matos, 2006).

A produção recente que tem o próprio Serviço Social como objeto de pesquisa centra-se na realidade concreta e particular do trabalho, aspecto que demanda considerar a tensa relação entre a condição de trabalhador assalariado e o projeto ético-político profissional, dilema este que reside numa dupla dimensão. Por um lado, na relativa autonomia do (a) assistente social na condução da atividade profissional regulada, socialmente legitimada como ‘liberal’, condicionada pelas lutas hegemônicas inerentes ao modo de produção capitalista que ampliam ou reduzem as bases sociais que sustentam sua direção social e teleologia. Por outro, no fato de o exercício profissional se realizar pela mediação do trabalho assalariado, sob a forma de mercantilização da força de trabalho, subordinado aos ditames do trabalho abstrato e dilemas dos processos de alienação.

Na condição de trabalhador assalariado, o (a) assistente social vende sua força de trabalho especializado para os empregadores em troca de um equivalente expresso em uma forma monetária, intermediando as demandas da população usuária e o acesso aos serviços sociais na linha de intersecção entre a esfera pública e a privada. Não obstante aos demais sujeitos da classe trabalhadora:

Na era da globalização, a fragmentação das atividades laborais, aliada à competitividade no mercado de trabalho e o medo do desemprego, induz o

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

trabalhador a submeter-se a péssimas condições laborais, baixos salários, assédio moral e sexual, discriminação, carga horária excessiva e acúmulo de funções para atingir metas propostas pelas empresas. Esses são fatores que contribuem para o surgimento de sintomas ansiosos e depressivos nos trabalhadores (Fernandes et al., 2018, p. 278).

Um primeiro desafio nesse cenário é o rompimento das unilateralidades presentes nas interpretações enviesadas que concebem o trabalho do (a) assistente social tanto na *perspectiva fatalista*, superestimando “[...] a força e a lógica do comando do capital no processo de (re) produção, submergindo a possibilidade dos sujeitos de atribuírem direção às suas atividades” (Iamamoto, 2008, p. 417), quanto na *perspectiva messiânica*, deslocando a ênfase dos determinantes histórico-estruturais concretos para “[...] a vontade política do coletivo profissional, que passa a ser superestimada, correndo-se o risco de diluir a profissionalização na militância *stricto sensu*” (Iamamoto, 2008, p. 417).

Um segundo desafio é trazer o exercício profissional cotidiano do (a) assistente social para o centro do debate coletivo no âmbito da profissão e para a agenda da pesquisa e produção acadêmica da área (Iamamoto, 2008). Ademais, a compreensão do exercício profissional do (a) assistente social não pode distanciar-se das atuais perdas decisivas vividas nas conquistas históricas pela classe trabalhadora, em prol das quais atua mediando o acesso às condições necessárias para a materialização de direitos sociais.

A totalidade desses elementos vem impactando as configurações do exercício profissional do (a) assistente social, delimitando particularidades nos diversos espaços sócio ocupacionais nos quais o (a) profissional se insere em um contexto marcado, contraditoriamente, pela luta em prol da efetivação do projeto ético-político profissional, na contramão dos ditames do capital fetiche de orientação neoliberal que traduzem o projeto societário hegemônico vigente, o qual subjuga e adocece os (as) trabalhadores (as) em prol da produção de mais-valia. Nesse contexto, apesar das inúmeras evidências de que as condições de trabalho na atualidade geram adoecimento mental nos trabalhadores, as produções teóricas que tomam o Serviço Social enquanto objeto de estudo e pesquisa precisam ser ampliadas, pois:

[...] A falta de enfrentamento das situações de trabalho que geram um processo de adoecimento físico e mental nos trabalhadores está relacionada com as atuais formas de organização financeira e produtiva, a

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

implementação de novos mecanismos de gestão e a maneira como as avançadas tecnologias são utilizadas. [...] O trabalho na atualidade passou a exigir um maior envolvimento da subjetividade dos trabalhadores. Nesse contexto, o cotidiano laboral vem se caracterizando pela contradição entre discursos gerenciais bastante sedutores e práticas extremamente exigentes que tendem a enfraquecer a organização coletiva (Souza; Bernardo, 2019, p. 02).

Os instrumentos legais da profissão asseguram “direitos e deveres dos (as) assistentes sociais e representam uma defesa da autonomia profissional na condução do seu trabalho na luta por direitos” (Iamamoto, 2008, p. 224). Portanto, o compromisso ético-político profissional configura a direção social da profissão e o desafio maior está calcado na consolidação dessa base que é, ao mesmo tempo, ética e política. Considerando que a profissão é produto do protagonismo individual e coletivo dos sujeitos que a ela se dedicam, assim como reflexo das estruturas dinâmicas nas quais se constituem as respostas às necessidades sociais, no atual cenário pós pandemia do novo coronavírus (COVID-19) urge identificar a relação do exercício profissional em Serviço Social e o adoecimento mental dos (as) assistentes sociais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante disso, reforça-se que o projeto ético-político profissional do Serviço Social é fruto “da organização social da categoria e de sua qualificação teórica e política, construído no embate entre distintos projetos de sociedade que se refratam no seu interior” (Iamamoto, 2008, p. 224). Para tanto, o trabalho profissional dos (as) assistentes sociais, deve:

Orientar-se para a superação da cultura histórica do pragmatismo e das ações improvisadas, de controle e disciplinarização de condutas, da reprodução de posturas conservadoras, moralizadoras e preconceituosas frente aos diferentes grupos com os quais trabalham: mulheres, comunidades LGBTI, jovens negros e negras moradores/as das periferias das cidades, rompendo com visões que naturalizam ou criminalizam a pobreza e com as variadas formas de discriminação, violência e violação de direitos da classe trabalhadora, sobretudo de seus grupos mais subalternizados (Raichelis, 2020, p. 38).

Para isso, faz-se necessário que os/as assistentes sociais, juntamente com os/as demais trabalhadores (as) possam insurgir-se coletivamente contra as estratégias de intensificação do trabalho e resistir ao mero produtivismo institucional,

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

que contribui para a alienação do (a) trabalhador (a). Tal processo, implica o/a assistente social como intelectual capaz de desvendar criticamente a realidade e os processos de trabalho nos quais se insere (Raichelis, 2020).

Acredita-se que a articulação profissional coletiva e intersetorial da categoria profissional na proteção e defesa da vida humana, com outras áreas e organizações, possa ser sinalizada como caminho possível, resgatando-se o trabalho de base com os/as usuários (as) dos serviços, em uma ação política e pedagógica, das múltiplas destituições e da insuficiência de respostas do Estado e das políticas públicas às necessidades e direitos da classe trabalhadora (Raichelis, 2020). Ressaltando que o trabalho de base aqui referenciado é educativo na direção de uma reflexão crítica sobre as condições deste processo, mas, também, autoeducativa, na mesma proporção enquanto o profissional, e também trabalhador, é atravessado pelas mesmas questões em que se situam os usuários dos serviços.

Essa posição, para além do reconhecimento da condição de trabalhador e, portanto, de relativa igualdade no processo de precarização, não é reforço de um discurso de aparente redução de desigualdades. O que se pretende indicar é que os processos da nova morfologia do trabalho, cada vez mais opressores e alienantes, reduzem a cada dia, os trabalhadores a uma massa de objetos à disposição do capital, fragmentados pela regulação do mercado (autodenominado de livre), e lesados em sua integralidade enquanto sujeitos, isto é, são destituídos de todos os direitos trabalhistas, previdenciários e das condições de trabalho profissional.

Agora, transpostos à sua competência para construir habilidades sócio-afetivas e emocionais, capazes de individualmente responder aos “novos tempos”, nada mais, do que o encanto de uma felicidade individual possível, isolada em si mesma, como movimento interior, basta querer. De acordo com Zgiet (2009), ao tratar de saúde mental, deve-se deslocar o objeto de estudo da “doença” para a “existência sofrimento dos pacientes”. Nesse sentido, deve-se deslocar a ênfase do processo de “cura” para a “invenção da saúde” e “reprodução social do paciente”.

Portanto, retomando, o referenciado trabalho de base não é apenas resposta simples de apoio mútuo e cooperação, é muito mais, é adentrar em novas formas complexas de relações de trabalho, que exigem compreensão crítica e práxis coletiva, para restabelecer unidade e integralidade entre os sujeitos, escampando as clausuras do aprisionamento individual.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

REFERÊNCIAS

ALVES, Fátima. **Psicomotricidade**: corpo, ação e emoção. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1998. 155 p.

_____. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

BARBOZA, Elisana Ligia Garcia; DANTAS, Erica Lissandra Bertolossi; SANTOS, Marta Azevedo. Adoecimento mental no trabalho: uma realidade dos dias atuais. **Trabalho (En) Cena**, Palmas, v. 4, p. 1-13, nov. 2019.

BRAVO, Maria Inês Souza. **Serviço Social e reforma sanitária**: lutas sociais e práticas profissionais. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

FERNANDES, Márcia Astrês et al.. Adoecimento mental e as relações com o trabalho: estudo com trabalhadores portadores de transtorno mental. **Rev. Bras. Med. Trab.** 2018; 16 (3): p. 277-286.

GOMEZ, Carlos Minayo; VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel de; MACHADO, Jorge Mesquita Huet.. Saúde do trabalhador: aspectos históricos, avanços e desafios no Sistema Único de Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, p. 1963–1970, jun. 2018.

_____, MACHADO, Jorge Mesquita Huet., and PENA, Paulo Gilvane Lopes., comps. Saúde do trabalhador na sociedade brasileira contemporânea [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2011, 539 p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 495 p.

PIOBELO, Felipe Peixoto; MOTA, Daniela Cristina Belchior. A precarização do trabalho no contexto neoliberal: impactos na saúde mental. **Cadernos de Psicologia**, Juiz de Fora, p. 107-125, 2021.

RAICHELIS, Raquel. 2020, cap. 1, p. 11-42. In: CEFSS. Conselho Federal de Serviço Social. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**, vol. 2, 2020, 119 p. Comissão de Orientação e Fiscalização Profissional (Cofi/CFESS) (Org.): Solange Moreira (coordenadora), Daniela Möller, Jane Nagaoka, Magali Régis, Mariana Furtado, Neimy Batista, Tânia Diniz.

SILVA, Edith Seligmann. **A inter-relação trabalho-saúde mental**: um estudo de caso. *Revista de Administração de Empresas*, v. 32, n. 4, p. 70–90, set. 1992.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio





V SENASS

V SEMINÁRIO NACIONAL SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL

Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC 23 a 25 de outubro | 2024

SOUZA, Diego de Oliveira. A funcionalidade do salário por peça no trabalho *mediado* por plataformas digitais. **Revista Katálysis**, v. 25, n. 2, p. 383–391, maio 2022.

SOUZA, Heloisa Aparecida; BERNARDO, Marcia Hespanhol. Prevenção de adoecimento mental relacionado ao trabalho: a práxis de profissionais do Sistema Único de Saúde comprometidos com a saúde do trabalhador. **Rev. Bras. Saúde Ocup.** 2019; n. 44, 8 p.

VICENTE, Damares. Serviço Social, trabalho e desgaste mental. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2017. p. 127-149.

ZGIET, Jamila. Saúde mental: em busca de um conceito. In: **Rev. Ser Social**, Brasília, v. 11, n. 25, jul./dez. 2009, p. 177-193.

Realização



Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós Graduação em Serviço Social
Curso de Graduação de Serviço Social

Apoio

